

A GEOGRAFIA E O ENSINO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA O RECONHECIMENTO DA HISTÓRIA, CULTURA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “EU ME VEJO, EU ME RECONHEÇO”

Maria Lohana Melo do Nascimento¹
Sara Samyla da Silva Lucas²
José Edivam Braz Santana³

RESUMO

A lei 10.639/2003 modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de Ensino Básico, visando garantir o reconhecimento da história e a importância dos impactos da cultura afro-brasileira em nosso país. Entretanto, mesmo após 21 anos de aprovação desta lei, ainda se observa pouco da temática inserida nos contextos escolares. Fundamentado nisso, alunas do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Campus Crateús, desenvolveram um projeto de intervenção pedagógica voltado ao ensino de Geografia e das relações étnico-raciais em uma turma do 7º ano de uma escola da rede municipal de ensino deste município. O projeto intitulado “Eu me vejo, eu me reconheço”, teve por objetivo propor uma reflexão sobre a escravidão no Brasil e seu impacto na sociedade até os dias atuais. O trabalho foi fundamentado em Salas e Bonino (2023), Gomes (2011), Marcelino (2020) entre outros autores, e desenvolveu-se por meio da aplicação de atividades pedagógicas contextualizando conteúdos específicos da Geografia com a temática em questão. Músicas e jogos que abordam a história e elementos culturais da população negra foram utilizados como recursos didáticos pedagógicos. Como resultados, aponta-se boa aceitação pelos alunos e funcionários da escola, o notório interesse dos estudantes pela temática, a contribuição de tais ações para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, bem como o incentivo para a formação de uma consciência crítica no combate à discriminação racial na sociedade e a perceptível lacuna quanto ao conhecimento mais ampliado sobre a temática. Conclui-se então que é necessário um maior destaque a um ensino que contemple a pluralidade cultural e étnico-racial dos estudantes e que vise estimular o reconhecimento e a valorização da identidade afro-brasileira entre os alunos desde o Ensino Básico.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Educação das relações Étnico-raciais, Projeto Social, Valorização afro-brasileira, Lei 10.639.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei No 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o ensino contextualizado com as questões étnico-raciais é obrigatório dentro de todas as escolas e redes de ensino, sendo também

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús, lohaana30@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús, samylasara@yahoo.com;

³ Professor orientador: Doutor em Educação Matemática e Tecnológica - UFPE, edivam.santana@pesqueira.ifpe.edu.br

um dos requisitos para a concretude do Estatuto da Igualdade Racial presente na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010), uma vez que para a concretização do ideal de democracia racial é necessário conhecer e valorizar as várias composições étnicas e culturais brasileiras. Na realidade, porém, poucas são as instituições públicas ou privadas que seguem essa norma e garantem os direitos de seus alunos e até mesmo de seus servidores de refletirem sobre a temática. Como ressaltam Salas e Bonino (2023) “há um consenso entre os especialistas de que, apesar dos avanços na temática e na obrigatoriedade da lei, ainda não existem práticas pedagógicas consolidadas no Brasil” (SALAS e BONINO, 2023). Em pesquisa realizada pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra e pelo Instituto Alana (2023), que ouviu 1.187 secretarias municipais de Educação – o equivalente a 21% das redes municipais de ensino do país, a maioria delas (71%) disse realizar pouca ou nenhuma ação para a efetividade da Lei no 10.639. Apenas 29% disseram realizar ações consistentes e perenes para garantir a implementação da lei (BENEDITO *et al.*, 2023).

Para melhor contextualizar, por educação étnico- racial entendem-se todas as ações educacionais que visam conhecer, reconhecer e valorizar a diversidade cultural, histórica, e nesse caso, geográfica, que formam o Brasil enquanto nação miscigenada. Dessa forma, o presente trabalho teve como foco a turma de 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais de uma escola municipal, da cidade de Crateús, estado do Ceará, onde durante algumas aulas de observação percebeu-se visualmente que cerca de 90% da classe é constituída de estudantes pretos ou pardos e por meio de conversas com o professor e coordenador pedagógico, soube-se que estes encontram-se em vulnerabilidade social. Logo, sentiu-se necessária a colaboração junto da escola para a elaboração e execução de um projeto de intervenção que viesse contextualizar dentro da disciplina de Geografia e no ambiente educacional a cultura de tais alunos, bem como suas vivências nas comunidades em que estão inseridos e que possuem influência na formação ética, pessoal e educacional destes.

Visando então a valorização dessas culturas que há muito tempo vêm sendo marginalizadas e/ou apagadas em amplo contexto brasileiro que o presente escrito baseou-se em leituras de bibliografia básica, constituída pela análise de alguns artigos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outros documentos e sobretudo dos textos, músicas e demais produções artísticas de autores e militantes negros influentes na discursão sobre questões e debates raciais.

Nesse sentido, o projeto voltou-se ao tema educação para as relações étnico-raciais e cultura dos afrodescendentes brasileiros, tendo foco a Geografia e o ensino das Relações étnico-raciais para o reconhecimento da História, Cultura e Memória Afro-brasileira e está intitulado Projeto “Eu me vejo, eu me reconheço”, visando o auto-reconhecimento e a auto-afirmação identitária dos alunos matriculados nesta escola, bem como a compreensão dos fatores raciais relacionados ao ensino da Geografia em interdisciplinaridade com outras disciplinas, como Música, História e Português, buscando extinguir ou minimizar as formas de preconceito que possam existir em âmbito escolar.

É conhecido que pessoas pretas e pardas têm e tiveram seus direitos humanos e fundamentais negados, dentre esses direitos podem ser citados a livre expressão de suas identidades culturais, religiosas e físicas, o direito à vida, igualdade e segurança, principalmente no que diz respeito ao contexto histórico, cultural e social brasileiro. Portanto, tendo tais fatores como base, essa proposta de intervenção justifica-se dentro desse contexto escolar, uma vez que, como citado acima, a turma é composta de maioria racial preta ou parda e possui ampla variedade étnica. Além de que quanto maior o número de jovens conscientes dos fatores históricos e geográficos que dão origem às múltiplas características culturais brasileiras e aos diversos fatores sociais, econômicos e políticos envolvidos em sua formação e na construção social da nação, maior será a quantidade de indivíduos com pensamentos críticos aptos para a cobrança por efetivação dos seus direitos e deveres perante a sociedade, gerando conseqüentemente a verdadeira democracia racial e de classe. Além de possibilitar a concretização dos textos da Constituição Federal e outros documentos educacionais oficiais.

Este relato de experiência tem como objetivo geral descrever e refletir quanto a aplicação do projeto no que diz respeito a importância do ensino das relações raciais dentro da Geografia. Como objetivos específicos conta com analisar como os alunos receberam o projeto e as aplicadoras deste, ressaltar a participação dos alunos nas discussões realizadas em sala, bem como apresentar os resultados obtidos após a aplicação das atividades.

Este relato de experiência está dividido em mais cinco partes, sendo a Fundamentação Teórica, o qual é composto pela contextualização da Geografia com o ensino étnico- racial e a importância da abordagem deste último nas escolas de ensino básico; Metodologia, composta pelo passo a passo da realização do Projeto de Intervenção Pedagógica; Resultados e discussões, no qual há a descrição e análise da

efetivação do projeto e a apresentação das principais discussões após sua realização; Conclusão, na qual a retomada da importância de trabalhar-se a valorização da cultura afro-brasileira dentro de todos os componentes curriculares para efetivação da Lei N° 10.639/2003 (BRASIL, 2003), e; por fim, as Referências Bibliográficas.

METODOLOGIA

O projeto foi vivenciado em uma sala de 7º ano de uma escola municipal da cidade de Crateús-CE com duas atividades, regidas em duas aulas de geografia. Na primeira atividade foram utilizadas duas músicas para explicar sobre um pouco de história dos povos africanos trazidos para o Brasil na época colonial e a segunda um bingo relacionado à música, para ser algo mais interativo com os alunos.

Para a realização dessa atividade, pensou-se primeiro em ser uma atividade interdisciplinar com a disciplina de música, uma vez que essa contava com músicas que retratam o contexto social e econômico dos alunos e já faziam parte do repertório deles. Dessa forma, os alunos seriam estimulados a analisar, interpretar e associar as músicas com as suas vivências e com o histórico trabalhado em sala de aula de forma mais confortável no que diz respeito ao tempo de reflexão. Porém, devido ao cronograma apertado de fim de ano, o número de aulas cedido para as ministrantes do projeto foi insuficiente para essa proposta, então a atividade teve tempo reduzido e foi trabalhada apenas nas aulas de Geografia e apesar desse contratempo, o trabalho não foi impactado de forma negativa. No mais, a análise e interpretação foi focada em duas músicas:

A primeira, denominada “Zumbi”, escrita por Jorge Ben Jor, em 1974, traz um pouco das principais regiões das quais os africanos foram retirados, para serem trazidos ao Brasil. Além de trabalhar aspectos históricos, culturais e de resistência, uma vez que aborda a origem das pessoas que foram trazidas para cá, como seus títulos e cargos dentro do continente africano, como eram as vidas dessas pessoas, no que elas trabalhavam e como trabalhavam, além de outros aspectos. A música “conversa” com a área de estudo da cartografia, que é uma área dentro da geografia.

A segunda música trabalhada foi “A coisa tá Preta” do rapper Rincon Sapiência. Essa, que objetiva trazer a exaltação da pele preta, usa frases que em sua essência são racistas, como o próprio título da música, mas que no contexto em que é abordado é tratado como o oposto, em forma de valorização da raça. Amaro e Souza (2020, p. 144) afirmam:

Na segunda parte, após o refrão, é trazido questões mais antigas, que exaltam a resistência e enfrentamento citando Zumbi e Nzinga e, só então, depois de resgatar os valores positivos anteriores à escravidão, é que é dito “A coisa tá preta, ó que legal.”

A música também utiliza-se de outras frases, como cita Amaro e Souza (2020, p. 144) “Em ‘Cada preto se sente Zumbi/E cada preta se sente a Nzinga’ são citadas duas figuras de extrema relevância quando se fala em resistência à escravidão.”

Não apenas a letra da música, o videoclipe também contribui para a autoestima de pessoas pretas/pardas, uma vez que traz vestimentas comuns no continente africano, o que remete a cultura de origem, a beleza dos cabelos crespos, da cor da pele, entre outros aspectos. Os autores ainda dizem que “O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil” (GOMES, 2019 *apud* AMARO; SOUZA, 2020, p. 145). Com os objetivos do projeto, a letra pode impulsionar a autoestima dos alunos.

Logo após a execução da atividade de interpretação das músicas, houve a realização do Bingo “Eu me vejo, eu me reconheço”, o qual veio com o intuito de avaliação das aprendizagens dos alunos quanto aos conteúdos trabalhados nas aulas. Este foi caracterizado pela utilização de uma “cartela” com espaços em branco (figura 1), onde os alunos, dentro do tempo determinado para cada questão (dois minutos), escolhiam dentre as várias respostas escritas no quadro, aquela que achasse certa para as questões dadas por uma das ministrantes.

Figura 1 - Modelo de cartela destinada aos alunos



Fonte: adaptação das autoras

Ao final, quando os alunos tinham concluído todo o bingo, foi pedido que eles corrigissem cada questão e no momento seguinte foi realizada a verificação junto das orientadoras para que aqueles que acertaram todas as questões (ou a maioria delas) ficassem com o “prêmio” (simbolizado por uma caixa de chocolates). Houve dois alunos vencedores, sendo o prêmio de maior quantidade (uma caixa de chocolate) dividido entre eles e como o intuito do jogo não foi inferiorizar aqueles que não conseguiram obter a pontuação desejada, um prêmio equivalente foi destinado para o restante da turma para que distribuíssem e compartilhassem entre si. Em razão do tempo, essa divisão acabou ficando sob responsabilidade do professor da turma.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia e a Educação Étnico- racial

A Geografia é uma ciência “híbrida”, pois é composta tanto por conhecimentos das áreas das humanidades, tais como Geografia da População, Política e Cultural, quanto pelos da física, como Geomorfologia, Hidrografia e Biogeografia. Apesar de subáreas opostas, essas acabam por focar seus estudos dentro das cinco categorias de análise geográficas que são: “Lugar”, “Território”, “Região”, “Espaço” e “Paisagem”; entendendo-se que todas as relações acontecem e/ou são produzidas dentro destas. Para além disso, é importante ressaltar as diferentes correntes geográficas que colaboraram para a construção do pensamento geográfico enquanto ciência acadêmica e são elas, segundo Moraes (2007): a Geografia Tradicional, surgida em 1870, com a aplicação da disciplina nas universidades de níveis superiores, formada por autores ligados ao Positivismo, Determinismo e Historicismo, dos quais, pode-se citar Carl Ritter, Alexander Von Humboldt e Vidal de la Blache; a Geografia Teorético-Quantitativa, também conhecida como Nova Geografia, de 1953, que teve como base as diversas tecnologias que surgiram após as Guerras Mundiais e focava a explicação do meio através de dados estatísticos, e; a Geografia Crítica, iniciada na década de 1970 e baseada no Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx, a qual buscava dar um fim a neutralidade científica e explicar o meio e sua interação com a sociedade através de um estudo das raízes dos problemas sociais.

Entretanto, embora a partir de 1970 a Geografia tenha assumido um caráter mais crítico, os estudos raciais dentro desta ainda continuaram marginalizados, ou seja,

foram pouco abordados dentro desse campo de estudo, o que é justificado pela forte presença do racismo estrutural presente na sociedade, pois como afirma Marcelino (2020, p. 436- 437):

O estudo e a compreensão das relações étnico-raciais em sociedades de passado escravista e colonial, como a sociedade em que vivemos é de extrema pertinência e relevância, tendo em vista que em uma sociedade marcada pelo racismo enquanto sistema de dominação e exploração, que organiza e estrutura relações de poder, é na vivência e na experiência de indivíduos e grupos que as relações raciais vão se consubstanciar. Enquanto dimensões do social, os padrões das relações raciais se dão no espaço, com o espaço e a partir do espaço – ou seja, o espaço também é uma dimensão constitutiva delas. (MARCELINO, 2020, p. 436- 437)

Portanto, ainda segundo Marcelino (2020), é dentro do espaço que se darão as relações de dominação, luta e resistência. Percebe-se então, que é de suma importância a discussão racial dentro da disciplina de Geografia nas escolas e demais instituições de ensino, uma vez que essa além de formar indivíduos para as universidades também contribui para a formação cidadã destes, preparando-os para a luta em movimentos sociais e em vários outros aspectos da vida.

Ainda, para Dussel, 2005 (*apud* Marcelino, 2020, p. 65), existe na sociedade a ideia de um mundo colonial, o qual é definido por ele como “a mulher oprimida, o índio sacrificado, o negro escravizado e as culturas alienadas que se apresentam como vítimas da modernidade e são as contradições do ideal racional da própria modernidade” (DUSSEL, 2005 *apud* MARCELINO, 2020, p. 65), ou seja, é tudo aquilo que está presente na modernidade, ao mesmo tempo em que não é pertencente a ela. Para ele, cabe à Geografia, enquanto disciplina e ciência política tomar para si o título de “Geografia Decolonial”, assumindo a tarefa de “[...] tornar possível a passagem da condição de vítima para a de resistência de todos os sujeitos e grupos alvos das forças imperiais do Ocidente, e desnaturalizar e deslegitimar todo e qualquer mecanismo de opressão.

A importância da Educação Étnico-racial

A Educação Étnico-Racial é regulada pela lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003, a qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei Nº 9.394, de 1996

(BRASIL, 2003), a qual contava apenas com a necessidade de se estudar a questão histórico-cultural afro-brasileira, sem considerar outra base que está contida nas raízes da construção do povo brasileiro e que foram marginalizados ao longo da história do país. Logo, a Educação Étnico-Racial visa descolonizar os currículos, de uma maneira que aborde tal conteúdo, uma vez que é importante estudar os diversos aspectos da construção brasileira, embora há uma rigidez ao trazer esse tema para dentro das escolas, como cita Gomes (2012, p. 102):

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do carácter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

A Educação Étnico-Racial nasce como uma demanda do Movimento Negro ainda nos anos de 1990, mas apenas 13 anos depois, em 2003 a lei é votada: Nas ações e lutas desenvolvidas pela população negra nos séculos XIX, XX e no começo do século XXI, uma questão sempre atraiu a sua atenção graças ao seu papel estratégico na sociedade: a educação. Essa se tornou uma forte bandeira de luta do Movimento Negro no século XX (GOMES, 2011).

Almeida (2018) acredita que para a efetivação de uma mudança é necessário adotar práticas antirracistas, como a criação de políticas internas nas instituições, pode se entender como a questão de projetos aplicados a tais práticas. Quando se colocam projetos sobre a Educação-Étnico racial em pauta, a escola como instituição prioritária de ensino, pode ser a mudança para uma sociedade antirracista. No entanto, se observa descaso ou uma falta enquanto se trabalha sobre a temática. A dificuldade de trabalhar a educação étnico-racial está ligada a questões estruturais, como o racismo sistêmico, que permeiam a sociedade e as instituições. Gomes (2011) destaca o desafio de descolonizar os currículos, que são rígidos e empobrecidos, e há a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

E dentro do que se observa na escola campo, sendo alunos de maioria pretos ou pardos, ressalta-se novamente a importância de trabalhar a Educação Étnico Racial, não só para esses alunos como também para os demais, uma vez que o Brasil é um país miscigenado. Segundo Gomes (2011, p. 2) “o Brasil se destaca como uma das maiores

sociedades multirraciais do mundo e abriga um contingente significativo de descendentes de africanos dispersos na diáspora”. A autora ainda traz dados que confirmam tal afirmação, como que o país conta com um total de 170 milhões de habitantes, sendo 10 milhões se consideram pretos e 65 milhões pardos, além dos 761 mil amarelos e 734 indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a execução do projeto, foi notada grande participação e colaboração por parte dos alunos. Todos, ou a grande maioria, buscaram interagir e responder às perguntas feitas, mesmo que suas respostas nem sempre fossem as mais adequadas. Os estudantes demonstraram bastante entusiasmo e conversavam bastante, o que pode ser justificado pela faixa etária, que variava de 11 a 13 anos. Observou-se também que os alunos já possuíam algum conhecimento sobre a história afro-brasileira e já tinham tido contato com uma das músicas levadas para a experiência em sala de aula, o que indicou que a escola onde o projeto foi realizado se empenha no estudo desse tema. Além disso, foi perceptível que os estudantes dominavam grande parte do conteúdo típico da Geografia, o que facilitou o ensino e a aplicação do projeto.

As ministrantes do projeto perceberam que, apesar de a maioria dos alunos terem se mostrado participativos oralmente, nem todos responderam ao bingo proposto. Foram entregues apenas seis cartelas preenchidas, e nenhuma delas continha todas as respostas corretas para as perguntas. Mesmo assim, o prêmio foi distribuído aos alunos que acertaram mais questões, levando-se em consideração a participação deles.

É necessário esclarecer que nem todas as atividades inicialmente elaboradas foram realizadas, devido ao tempo destinado à execução do projeto. No entanto, as alunas de Licenciatura e idealizadoras do projeto consideraram-no bem-sucedido, uma vez que o objetivo era conscientizar os alunos sobre o processo histórico brasileiro. Embora nem todos tenham entregue suas folhas preenchidas ou tenham respondido de forma plenamente satisfatória, quando questionados oralmente sobre outras questões que não faziam parte do bingo, demonstraram conhecimento e interagiram o tempo todo com as ministrantes, o que evidenciou interesse pela temática abordada. Abaixo, na figura 2, seguem imagens que ilustram um pouco da vivência do projeto.

Figura 2 - Vivência do projeto



Fonte: arquivo pessoal, 2023

Nas imagens acima, é possível visualizar um momento da prática do projeto, em que as autoras utilizaram o quadro para destacar as partes importantes das músicas trabalhadas, ressaltadas pelos alunos, favorecendo o diálogo com eles. As imagens também mostram algumas fichas do bingo preenchidas por alguns alunos. Assim, embora o projeto tenha enfrentado algumas dificuldades em sua execução, consideramos a experiência exitosa e recompensadora, tanto para os alunos quanto para as autoras/aplicadoras do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica permitiu concluir que, apesar do avanço constitucional proporcionado pela Lei 10.639/2003, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as escolas e demais instituições a concretizem de fato e utilizem a educação como instrumento de combate aos preconceitos existentes. Foi perceptível também que trabalhar por meio da arte pode facilitar tanto o tratamento de questões históricas quanto a interdisciplinaridade com outros componentes curriculares, possibilitando um melhor aprendizado e dinamismo ao abordar temas sérios e complexos.

Além disso, assume-se que a Geografia, por ser uma disciplina crítica, está envolvida no estudo de temas sociais relevantes, como as relações raciais. No entanto,

como discutido, essa disciplina, assim como todo pensamento ocidental, carrega traços do pensamento colonial que formou a sociedade moderna, podendo, portanto, reproduzir esses ideais. Cabe, então, à própria ciência geográfica e a seus pesquisadores adotarem o pensamento decolonial na produção de conhecimento, uma vez que não há neutralidade científica, e esta pode ser utilizada como fator gerador ou possibilitador de resistência dos sujeitos e grupos oprimidos.

A partir da vivência do projeto, concluiu-se que é de grande importância trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula, em diferentes níveis de ensino, relacionando os conteúdos estudados com o contexto social de cada aluno. Além disso, é fundamental demonstrar como uma educação étnico-racial contribui de maneira significativa para a formação de professores e alunos. Por fim, o projeto também possibilitou a visualização e compreensão da importância de incorporar o ensino das relações étnico-raciais à matriz pedagógica dos componentes curriculares, abordando o ensino contextualizado e a valorização da cultura negra. Isso é essencial para fazer valer a Lei Nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e tornar os alunos cidadãos conscientes de sua realidade e de sua força política, visto que o ato de educar visa à preparação para a vida, especialmente no âmbito social e político. Assim, o relato de experiência do projeto de intervenção pedagógica "Eu me vejo, eu me reconheço" ressalta a importância de um ensino inclusivo e sensível às questões raciais para uma educação mais justa, equitativa e transformadora, ao mesmo tempo em que evidencia a relevância e o impacto significativo de iniciativas que abordam o ensino das relações étnico-raciais na Geografia, conforme demonstrado pela forte participação dos alunos durante sua execução.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

AMARO, T. F.; DE SOUZA, A. C. S. "A Coisa Tá Preta": Uma Análise Discursiva Acerca da Ressignificação da Expressão Idiomática no Videoclipe de Rincon Sapiência. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 136–147, 2020. DOI: 10.46230/2674-8266-11-2917. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/2917>>. Acesso em: 28 out. 2023.

BENEDITO, Beatriz Soares; CARREIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. **Lei 10.639/03**: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 09 DE JANEIRO DE 2003**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>>. Acesso em: 25 de set. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <Lei n. 12.288/2010 : Estatuto da igualdade racial [gravação de som] (senado.leg.br)>. Acesso em: 25 de set. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 109 - 121, 2011. DOI: 10.21573/vol27n12011.19971. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971>. Acesso em: 29 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2024.

MARCELINO, Jonathan. AS MARCAS DA COLONIALIDADE: RAÇA E RACISMO NA PRODUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, Ed. Especi, p. 435–457, 13 abr. 2020. DOI 10.31418/2177-2770.2020. Disponível em: <AS MARCAS DA COLONIALIDADE: RAÇA E RACISMO NA PRODUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO | Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) (abpnrevista.org.br)>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume Editora. ed.: 21o, p. 152, ed.: 21. cap. 9-11, 2007.

SALAS, Paula; BONINO, Rachel. 10 perguntas e respostas sobre o trabalho com as relações étnico-raciais na escola. **Revista Nova Escola**. 10 out. 2020. Atualizado em: 19 maio 2023. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/19872/consciencia-negra-10-perguntas-e-respostas-sobre-o-trabalho-com-as-relacoes-etnico-raciais-na-escola>>. Acesso em: 20 out. 2023.

SAPIÊNCIA, Rincon - **A Coisa Tá Preta**. YouTube, 13 maio 2016. Disponível em: <https://youtu.be/FsTTvHoLxEa?si=mnNCDN_G0no8tpIB>. Acesso em: 28 out. 2023.